

Ulysses teme atropelo eleitoral e pede pressa

BRASÍLIA — A menos que sejam acelerados os trabalhos de elaboração da nova Carta, a Constituinte corre o risco de ser atropelada pela campanha para o pleito municipal. A advertência é do Deputado Ulysses Guimarães, que vai propor às lideranças partidárias a formação de um verdadeiro "mutirão cívico", que assegure quorum permanente, que assegure nos feriados e fins de semana.

Evitando arriscar uma data precisa, Ulysses afirmou que a nova Constituição logo estará pronta, pois faltam apenas 164 dispositivos para encerrar as votações do primeiro turno.

— Se fizermos sessões nos fins de semana, ganharemos, na prática, quatro sessões em vez de duas, pois às de sábado e domingo somam-se as da sexta e segunda, que são os dias críticos — avaliou.

Ulysses acha que a votação em segundo turno será ainda mais rápida.

— Só temos, na verdade, duas matérias consideradas polêmicas — as anistias dos militares e das microempresas. E as negociações estão muito avançadas. No segundo turno, onde só são permitidas emendas supressivas, pouco deve ser mudado. — observou o Deputado.

O Presidente da Constituinte insiste na tese de que a única ameaça aos trabalhos é a campanha municipal:

— Dizem que fui muito enérgico na defesa das eleições municipais, mas ainda não viram nada. Se a Constituinte retardar seus trabalhos, teremos problemas com a data da promulgação da nova Carta, porque as eleições municipais constituem fato consumado — disse Ulysses.

O Deputado enviou ontem telegramas aos parlamentares, solicitando a presença de todos na próxima segunda-feira, às 14h30m, a fim de dar se-



A criança pede uma esmola a Ulysses e Lucena, que olham para o altar

quência à votação. No telegrama, ele agradece "a prestigiosa e indispensável participação dos Constituintes" e apela para que mantenham presença constante em Brasília.

ESMOLA — Os constituintes que não foram à missa de Sétimo Dia do Senador Virgílio Távora, ontem, perderam uma boa oportunidade de avaliar de perto um dos graves problemas

que a futura Constituição terá de enfrentar: o da infância carente. Diante do altar do Santuário Dom Bosco, na avenida W-3 — um ponto muito disputado pelos que pedem esmolas — Ulysses Guimarães, tendo ao lado o Presidente do Senado, Humberto Lucena, foi abordado por um menino que pedia "uma ajuda". Impassíveis, os Presidentes da Constituinte e do Senado continuaram atentos às orações.

Fim da sessão gera tumulto

BRASÍLIA — Houve uma grande confusão ontem na Constituinte quando o Senador Mauro Benevides, no exercício da Presidência, declarou encerrada a sessão sem proceder à verificação eletrônica de quorum. Parlamentares protestaram indignados, acusando a Mesa de fazer manobra para evitar corte nos salários dos faltosos.

A sessão foi aberta às 9h pelo Deputado Jorge Arbage (PDS-PA) com a informação de que as listas de presença das portarias registravam 154 constituintes (o número mínimo regimental para que a sessão possa ser realizada é 56). Mauro Benevides assumiu a Presidência e às 10h25m o Deputado Paulo Delgado (PT-MG) pediu verificação de quorum. O Senador disse que ia cumprir à risca o Regimento Interno e suspendeu por meia hora a sessão para que os parlamentares que se encontravam em outras dependências da Casa pudessem chegar ao plenário. Exatamente três minutos depois reabriu a sessão, olhou para o plenário, "constatou" que ali não estavam 56 constituintes e encerrou os trabalhos sem dar ouvidos aos protestos.

Quando Benevides deixava o plenário, a confusão começou. Foi abordado pelo Deputado José Genoíno

(PT-SP) e imediatamente cercado por um grupo grande de constituintes de todos os partidos. No grupo se destacava o Líder Mário Covas, que chegara correndo ao plenário, interrompendo a reunião de negociações entre lideranças que se realizava em seu gabinete.

— Reabra a sessão. Faça a verificação. Não posso correr o risco de ser considerado faltoso, quando estou aqui trabalhando. Cada um que está aqui quer registrar sua presença. Eu não agüento mais ser gozado porque desde quinta-feira da semana passada a Constituinte não tem quorum — disse Covas ao Senador.

— Eu também estou sendo gozado porque fica todo mundo dizendo que não tem sessão quando o doutor Ulysses não está aqui — reagiu Benevides.

— Estamos aqui trabalhando e não brincando. O problema é que querem proteger os "turistas" da Constituinte, que hoje completariam o quinto dia de falta — reclamou a Deputada Sandra Cavalcanti. (Por decisão da Mesa, tomada no fim de maio, quem falta por mais de quatro dias às sessões sofre cortes em seus salários).

— Estão vendo como é fatal a au-

sência do doutor Ulysses? Sem ele nada acontece. Os outros não sabem nem dirigir uma sessão — proclamou a Deputada Beth Azize (PDS-AM).

— O doutor Ulysses está no seu gabinete. Por que não vão lá falar com ele? — respondeu Mauro Benevides, a essa altura bastante irritado.

Mais irritado ainda estava Mário Covas:

— Se não posso trabalhar quando está sendo feito discurso aqui, não vou mais negociar. Só assim não perderei a sessão. As negociações estão suspensas.

Mauro Benevides pediu ao Secretário da Constituinte, Paulo Affonso Martins de Oliveira, uma lista para ser assinada pelos parlamentares. Paulo Affonso advertiu que teria de comunicar essa decisão "ao doutor Ulysses". Formou-se uma grande fila para as assinaturas, que chegaram a 58.

Ao sair de seu gabinete para a missa em homenagem póstuma ao Senador Virgílio Távora, o Deputado Ulysses Guimarães disse que não estava a par do que acontecera no plenário, mas acreditava que o Senador Mauro Benevides tinha tomado a decisão certa.

Governo se preocupa com transição para a nova Carta

BRASÍLIA — A Liderança do Governo estuda os artigos que devam constar das Disposições Transitórias, de forma a permitir uma transição harmoniosa da atual Constituição para a nova, nas questões relativas ao Legislativo, Executivo e Judiciário.

O resultado do trabalho, que reunirá à parte artigos para uma emenda de negociação, será levado na próxima semana pelo Líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna,

aos demais setores da Constituinte.

— Para nós, esta parte é essencial, pois Constituição é um pacto e deve haver uma transição do pacto antigo para o novo — disse Sant'Anna.

Neste bloco de dispositivos figurarão, por exemplo, artigos que indiquem de que forma será aumentada ou diminuída a composição de tribunais. A preocupação é grande também na parte tributária, já que os dispositivos só passam a vigor após regulamentação por lei complemen-

tar. Se a lei complementar não for elaborada logo e as Disposições Transitórias não trouxeram artigos a respeito, teme-se até mesmo uma paralisação dos mecanismos da receita.

O Líder explicou que, na votação das Disposições Transitórias, o Governo terá que garantir 280 votos a seu favor em algumas ocasiões, para derrubar os destaques para votação em separado a serem apresentados pela Liderança do PMDB.